

Cidades

QUE FIM LEVOU?

Briga mantém campo fechado

Após ser retomado pela União, por causa de dívida de R\$ 650 mil, ocupação do campo do Santa Cruz aguarda decisão da Justiça

Kelly Kalle

Uma dívida de R\$ 650 mil, um decreto da Prefeitura de Vitória e um processo na Justiça. Tudo isso paralisou as atividades do campo de futebol do Santa Cruz, no bairro Santa Lúcia.

O campo está fechado há mais de dois anos. Tudo começou com uma dívida de cerca de R\$ 650 mil do clube com a União referente a um imposto cobrado pelo fato de o terreno ser considerado como “acrescido de Marinha”.

Com isso, a inscrição de uso do terreno foi cancelada e o uso voltou para a Superintendência de Patrimônio da União no Espírito Santo (SPU-ES).

Há dois anos, a SPU-ES cedeu o uso do terreno para quatro órgãos federais: Procuradoria da União, Consultoria Jurídica da União, Procuradoria Federal e Controladoria Federal da União, que pretendem construir sedes no local.

“O terreno é da União, mas como o clube não pagou os impostos, seu uso foi reintegrado à União. Sabemos que a Prefeitura de Vitória quer utilizar o terreno para área de lazer, mas, pela lei, oferecemos o local para órgãos federais”, explicou o superintendente da SPU-ES José Carlos Oliveira Machado.

“Caso não houver interesse, pode ser destinado para a esfera esta-



KADIDJA FERNANDES/AT

CAMPO DO SANTA CRUZ, no bairro Santa Lúcia, em Vitória. Local está fechado há mais de dois anos. Devido a uma dívida do clube referente a um imposto, a inscrição de uso do terreno foi cancelada e o uso voltou para a Superintendência de Patrimônio da União no Espírito Santo (SPU-ES)

dual e, por último, para a municipal”, completou.

Ele esclareceu que ainda em 2014 a prefeitura entrou com um decreto para mudar o Plano Diretor Urbano (PDU) para que o terreno não pudesse receber prédios.

“Com essa situação, o campo continua parado. A Procuradoria da União, então, entrou com ação na Justiça para que a destinação seja definida. O órgão questiona a

constitucionalidade do ato. Essa paralisação não é boa para ninguém. Seria ideal que todos os interessados pudessem sentar e conversar, mas agora deve-se aguardar a decisão da Justiça”.

A Prefeitura de Vitória disse que, em relação à minuta do novo PDU, com a definição de uso do espaço do campo, a proposta de lei está em elaboração e que o processo de revisão segue dentro dos prazos legais.

CACÁ LIMA - 26/07/2016



“A comunidade deseja é que o campo continue sendo um espaço dedicado ao futebol e aos demais esportes, para lazer”

César Saad, presidente da Associação de Moradores da Praia do Canto

ENTENDA O CASO

O caso

- > **A JUSTIÇA FEDERAL** determinou a reintegração de posse do campo de futebol do clube Santa Cruz, em Santa Lúcia, à União após o não pagamento das taxas de ocupação de área de Marinha.
- > **O CLUBE FICOU** inadimplente entre 1994 e 1998 e de 2004 a 2008.
- > **A DÍVIDA** total, segundo o processo, era de R\$ 645.404,05.
- > **OS PROPRIETÁRIOS** da área tiveram de desocupar o terreno em até 30

dias, a contar da data do julgamento, realizado em 17 de março de 2014, sob pena de multa diária de R\$ 300.

- > **A REGIÃO** é considerada como um “acrescido de Marinha”, como são chamados os terrenos que tiverem se formado, natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e das lagoas, em seguimento nos terrenos de Marinha.

Novas sedes

- > **O TERRENO** foi transferido para os



CAMPO pode dar lugar a prédios

órgãos federais: Procuradoria da União, Consultoria Jurídica da União, Procuradoria Federal e Controladoria Federal da União em 28 de maio de 2014.

- > **DOS ÓRGÃOS** responsáveis pelo imóvel, apenas a Controladoria Geral da União não está em imóvel alugado. Todos os órgãos pretendem construir novas sedes ou novos prédios.
- > **OS PROJETOS** de edificação se encontram na fase de desenvolvimento. Porém, nada pode ser feito, pois a Pre-

feitura de Vitória, por meio de decreto em 2014, suspendeu a licença para a realização de qualquer construção no terreno.

- > **COM ISSO**, a Procuradoria da União entrou com processo para questionar a constitucionalidade do ato do município. O processo ainda está em andamento e, por isso, não se sabe qual será o destino do campo, de cerca de 3 mil metros quadrados.

Fonte: Justiça Federal e SPU.